



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 11

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezanove horas e trinta minutos reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

----- **Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives** -----

----- **Joaquim António Senrada Simões** -----

----- **Antigos Presidentes da Câmara Municipal de Moura:**-----

----- **Luíz António Ramos**-----

----- **Manuel António Vitorino Mestre** -----

----- **José Maria Prazeres Pós-de-Mina** -----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

----- **ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **PRESIDÊNCIA**-----

----- **Comemorações do 40.º Aniversário do 25 de Abril**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----COMEMORAÇÕES DO 40.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL -----

-----Deu início à reunião de Câmara o Presidente Santiago Augusto Ferreira Macias com o discurso de abertura: -----

-----"Está aberta a reunião de Câmara de Moura de 25 de abril de 2014, evocativa da data da libertação. Foi esta a forma que escolhemos para celebrar os 40 anos da Revolução dos Cravos, *O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio*, de que nos falava Sophia de Mello Breyner." -----

-----"Convidámos a estarem presentes os Presidentes de Câmara do pós-25 de abril que ainda estão entre nós. Dignificar as instituições passa, em boa parte, pela valorização do trabalho coletivo que tem sido a construção da Democracia e o desenvolvimento do Poder Local Democrático. Respeitar e preservar a memória são atos fundamentais. É um papel que cabe não só aos historiadores, mas a todos os cidadãos. Daí que, independentemente das divergências e da disparidade de perspetivas que temos, nos pareça fundamental reconhecer o papel de todos os que contribuíram, ao longo de décadas de Democracia, na luta por um concelho melhor. -

-----Fiel à tradição igualitária republicana, omito títulos académicos. -----

-----Não puderam estar presentes dois ex-presidentes de Câmara. Intervirão, assim, sucessivamente, os senhores: Luís António Ramos, Presidente da Câmara nos anos de 1978 e 1979; Manuel António Vitorino Mestre, Presidente da Câmara entre 1991 e 1997; José Maria Prazeres Pós-de-Mina, Presidente da Câmara entre 1998 e 2013; Francisco Manuel Canudo Sena, vereador da Câmara Municipal. Caber-me-á o encerramento desta reunião de Câmara". -----

-----Tomou a palavra o Engº Luíz António Ramos: "Antes do 25 de abril de 1974 vivíamos numa Sociedade onde dominava a exploração do Homem pelo Homem, num Estado Capitalista, onde a fome e a miséria dos portugueses, não preocupavam os então governantes. Afirmo e sublinho, miséria e fome, porque em Moura no Bairro onde residia, as senti muito perto de mim em muitos rapazes da

24



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

minha idade, em muitos colegas e especialmente em alguns amigos que nem tiveram possibilidades de frequentar a Escola Primária. Vi, trabalhadores agrícolas, homens válidos, honestos, com filhos para alimentar, terem necessidade "envergonhados" de recorrer a uma humilde sopa que então lhe era fornecida gratuitamente na designada "sopa dos pobres". Imagine-se como viviam os idosos, os seus últimos anos, eu não me canso de dizer e afirmar, com muita miséria, doenças e fome. Isto não se passava somente no Bairro onde eu residia mas provavelmente em todo o Alentejo e noutros pontos do País. Vivíamos numa Sociedade sem voz, porque os trabalhadores e o povo em geral, não podiam queixar-se, porque se o faziam eram ameaçados de despedimento, com a vulgar frase "*Vais para a Rua*". Se não concordavam com a política do Governo e se fossem apanhados a falar contra a situação "*política*" e da vida em geral, passavam a ser vigiados, controlados pela famigerada "*PIDE*" e seus informadores, podendo ser condenados, indo parar à prisão, com tratamento condenável nas prisões políticas do Estado, de tão tristes recordações. Na minha infância, embora não tivesse passado fome, graças ao emprego do meu Pai, pois tinha um vencimento certo e não estava sujeito a despedimento, pois também existiam patrões conscientes e amigos dos seus trabalhadores, mas defendendo-se sempre das políticas de então, o que podem imaginar não era fácil. Acrescentava o meu Pai ao salário que recebia pelo seu trabalho, um pequeno lucro resultante de um trabalho extra na horta onde vivíamos, trabalhando aí de manhã, de tarde, nos fins-de-semana, feriados, etc., cujos trabalhos também muito cedo, com 12 anos, comecei a executar para ajudar o meu Pai, pois a família era numerosa. Apesar de uma situação de muito trabalho, muitas canseiras, tínhamos algumas dificuldades. Por isso senti a necessidade de ir trabalhar para Lisboa pensando no futuro e em melhor vida do que aquela que se vivia aqui no Alentejo. Em Lisboa fiz uma vida de trabalho e estudei durante cerca de 15 anos que me deram possibilidades de apreciar outras situações, dos Operários e dos estudantes, isto em Portugal, na cidade de Lisboa, que embora muito diferente da vida dos alentejanos, era também extremamente difícil. Trabalhei e duas grandes oficinas e estudei em dois estabelecimentos de ensino, porque tive a possibilidade de trabalhar de dia e estudar de noite, ou ainda



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

trabalhar de noite e estudar de dia. Nesses cerca de 15 anos, aprendi a trabalhar e completei os meus conhecimentos, levados do Alentejo, sobre as políticas do Governo. Guardei no meu quarto, algumas vezes, escritos de um colega de trabalho que defendia as políticas comunistas, mas era perseguido pela *PIDE*. O Sr. Jaime sabia a dificuldade que tive para aceitar o seu pedido. Sonhava por isso com uma mudança política capaz de conduzir o nosso País, à liberdade, à liberdade de expressão, à democracia, à evolução e desenvolvimento, de forma a criar bem-estar, especialmente para todos aqueles que trabalhavam, porque os outros não tinham dificuldades. Naquela manhã do 25 de abril de 1974, já de novo entre os alentejanos, fui apanhado de surpresa, admirado pela coragem dos militares especialmente pelo risco que nesse tempo podiam correr... Imediatamente após a confirmação dos acontecimentos e da sua natureza, fiquei ao lado dos que sem pensarem nas consequências que podiam resultar da iniciativa militar, pensaram no País, nos Portugueses e decidiram avançar, consumando um feito heróico que os portugueses, especialmente a juventude não deverá esquecer. Certo porém é que acabaram com a ditadura já longa e penosa, aniquilaram a *PIDE* e outros grandes males que o País sofria, restaurando as liberdades, isto sem resistências aparentes, sem vinganças, o que parecia extremamente difícil. TAL ERA A SITUAÇÃO QUE SE VIVIA EM PORTUGAL!... Entendi que o Movimento Libertador merecia toda a nossa admiração, respeito e gratidão. Logo imediatamente a seguir tomei posição política, aceitando fazer parte da Comissão Administrativa para a Câmara Municipal de Moura, pois que, após o 25 de abril de 1974, as câmaras municipais passaram a ser geridas por Comissões Administrativas, aceites pelo Povo e legitimadas pelo Movimento das Forças Armadas ou pelos Governos Provisórios. Ficando assim demonstrada a firme vontade de trabalhar para a mudança. Iria fazer parte da Comissão Administrativa para a Câmara de Moura até às primeiras eleições autárquicas democráticas que haviam de ter lugar em 12/12/76. Concorreram a essas eleições os Partidos Políticos com listas próprias, nelas incluindo os seus militantes ou apoiantes, como é do conhecimento dos mais idosos, mas quero lembrar aos mais novos, que antes não havia eleições para as autarquias. Pelo método de *Hondt* foram eleitos os cidadãos das listas concorrentes para todas as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

autarquias do Concelho, incluindo todas as freguesias. Em 07/01/77 iria terminar o trabalho da Comissão Administrativa dando lugar aos órgãos eleitos democraticamente por votação secreta de que também fiz parte na lista para a Câmara Municipal de Moura, tendo sido eleito. Surgiram grandes dificuldades nos primeiros passos que para as Comissões Administrativas quer para os eleitos nas primeiras eleições, devido à falta de verbas necessárias para desenvolver o Concelho especialmente para os trabalhos e obras que se havia chegado à conclusão serem necessárias e urgentes. Mesmo assim com tais limitações, muito foi possível fazer durante esse período de tempo. Seria fastidioso enumerar todas as obras que foram feitas, mais quero lembrar duas muito importantes:

- Construção de Lar para Idosos no edifício da antiga Cadeia;
- Construídas habitações no antigo Largo das Feiras.

Devo acrescentar que os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal eram constituídas por elementos do Partido Socialista e do Partido Comunista, havendo uma colaboração e entendimento necessários para realização das obras e trabalhos no Concelho. Só no princípio do ano de 1980 com a aprovação da Lei das Finanças Locais foi possível dar forma a outros sonhos prevendo a evolução e desenvolvimento do concelho. Foi também o trabalho da Comissão Administrativa e primeiros eleitos democraticamente que contribuiu para que fossem dados os primeiros passos para a construção do Empreendimento de Alqueva, que desde os primeiros minutos trabalhámos com essa finalidade. Certo porém que passados cerca de 40 anos não está ainda concluída nem devidamente aproveitada obra tão importante para o Alentejo e para o País. Faltou vontade política? A evolução dos concelhos verificou-se a nível Nacional e para qualquer força política responsável pelos destinos dos seus concelhos, admitindo porém que alguns se possam ter desenvolvido menos que outros. Relativamente ao nosso concelho será interessante visitar hoje as nossas freguesias e estabelecer comparação com o que elas eram há 40 anos. Isto foi possível graças ao trabalho dos eleitos no nosso Concelho. Poderíamos colocar toda a evolução verificada nos concelhos nestes 40 anos, como um desafio para construir um edifício semelhante ao que existe em quase todos os Países desenvolvidos da Europa. Com muita mágoa minha, mas para reflexão, vou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

lembrar-vos as tristezas que fazem parte do dia-a-dia dos portugueses e me despedaçam o coração:

- O desemprego será naturalmente o pior mal para a vida dos portugueses e que valores irá ainda atingir?
- O despesismo em investimentos julgados desnecessários para o desenvolvimento do País.
- A educação implementada por sucessivas reformas do ensino cada vez menos críveis e mais desajustadas.
- As relações entre professores e alunos.
- A saúde – cada dia que passa com maiores e mais graves problemas.
- A galopante corrupção a tão diversificados níveis da Vida Nacional.
- Os roubos praticados a qualquer hora em qualquer ponto do País.
- As relações entre empregados e patrões.
- A falta de apoio e total desconhecimento do que se passa na indústria e agricultura no País.
- A calúnia e a mentira.

O que irá escrever do presente, para ficar na história? O encerramento de edifícios públicos, Finanças, Tribunais e outros... Em abril de 1974 as lágrimas foram de Alegria. Tinham o pensamento posto na mudança, uma necessidade sentida pelo povo e por tantos portugueses, especialmente aqueles que de alguma forma haviam sofrido as ameaças e o chicote dos ditadores. Fica aqui para terminar o meu desejo de que a Alegria volte em plenitude".-----

-----Seguidamente no uso da palavra discursou o Eng.º Manuel António Vitorino Mestre que iniciou fazendo uma saudação aos "Senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, Senhores autarcas, Senhores representantes institucionais, Senhores representantes da imprensa local, jornal e rádio "*A Planície*", Conterrâneos e amigos; começou em primeiro lugar gostaria de agradecer a oportunidade que a CMM me dá de usar a palavra nesta data tão significativa, que relembra um acontecimento muito importante, para mim o mais importante da moderna história portuguesa: o 25 de abril de 1974. O nosso problema colonial começou há mais de quinhentos anos, quando Portugal iniciou a epopeia marítima



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que, como se disse em tempos de Estado Novo, “trouxe novos mundos ao mundo” e teve o seu epílogo na anquilosada visão do estado corporativo sobre os territórios de além-mar, pertença de Portugal e que se mantiveram na sua posse, até ao século XX. Todos nos recordamos (pelo menos os menos novos) de um célebre mapa onde sobre a representação da Europa se sobrepunha a representação das chamadas províncias ultramarinas portuguesas, proclamando o mesmo que “Portugal não é um país pequeno”, numa manifestação de pesporrência só possível num país como era então o nosso: só e à margem no contexto europeu e acossado em todo o mundo devido à sua política imperialista. A designação de Províncias Ultramarinas dadas a estes territórios foi um eufemismo usado pelo Estado Novo para tentar branquear a nossa presença em África ao arrepio dos ventos da história, numa altura em que todas as nações colonizadoras já tinham concedido a soberania às suas possessões, por imposição de novos conceitos que então varriam o mundo. A conferência de Bandung realizada nesta cidade Indonésia em abril de 1955 e a conferência dos povos africanos, que se realizou em Túnis, em 1960 onde estiveram presentes os principais países livres do chamado Terceiro Mundo, traçaram inapelavelmente o destino do Império Português. Só os responsáveis portugueses da altura não viram, ou não quiseram ver o colapso que se avizinhava e preferiram enfrentar uma guerra de guerrilha em três frentes sob três lemas muito caros ao Salazarismo: “orgulhosamente sós”, “para Angola e em força” e “Angola é nossa”. A guerra deflagrou precisamente em Angola, em fevereiro de 1961, com o ataque de grupos de assaltantes de várias origens a estabelecimentos prisionais de Luanda e prosseguiu em março, conduzida pela UPA-União dos Povos de Angola com o sangrento ataque às fazendas de colonos brancos da região dos Dembos, causando muito mais de um milhar de mortos europeus e africanos, iniciando assim em larga escala a esperada vingança de cinco séculos de arbitrariedades. Durante mais de uma década mantivemos uma guerra que foi usando os nossos poucos recursos económicos, chegando, nos anos finais do conflito a consumir anualmente 40% dos orçamentos públicos. Para além disto causou cerca de nove mil mortes em combate e em acidentes relacionados com a guerra, trinta mil feridos evacuados dos quais catorze mil ficaram com deficiências e sequelas físicas permanentes, exaurindo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

assim também os nossos magros recursos humanos, especialmente a nível de oficiais subalternos e soldados, obrigando o governo a recorrer a situações que causaram a reação e o mais vivo repúdio dos oficiais oriundos da Academia Militar. Spínola, no livro que abalou o regime, "Portugal e o Futuro" reconheceu as nossas debilidades em recursos humanos e económicos e ajudou a forjar a imagem de que o problema ultramarino não era militar mas sim político. Foi portanto uma reação de cariz corporativo que, de início, aglutinou alferes, tenentes, capitães e alguns maiores no MFA, que no seu programa definiu politicamente o futuro do país, ao referir, como único caminho possível, a via dos três D: Democratizar, Desenvolver e Descolonizar. Como sabemos este movimento culminou no 25 de abril de 74, aquele glorioso primeiro dia da vida de grande parte dos portugueses. Como muito bem disse Sophia de Mello Breyner Anderson:

"Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo."

Nesta memorável data o povo saiu á rua, livre de peias e amarras, de polícias políticas, esquecendo guerras e enfrentando com alegria e determinação o futuro. Povo que ainda no dia anterior, a 24 de abril, parecia tão amorfo, cinzento e soturnamente em consonância com o clima vivido no Estado Novo, agora, a 25, reivindicando e agitando uma sociedade caduca e acomodada. Foi um período intenso da nossa história, nem sempre pacífico, mas seguramente rico de acontecimentos. Em eleições livres fomos reiteradamente chamados a opinar sobre o nosso futuro coletivo e aí, os portugueses recusaram novas formas aventureiristas e pouco democráticas de governo, originárias de países cujos regimes políticos tinham demonstrado uma total falência em termos económicos, políticos e democráticos e que, como consequência, viram a sua doutrina desaparecer rapidamente do contexto europeu. Em 25 de novembro de 75 a democracia portuguesa tomou o rumo definitivo e claramente direcionado para o espaço europeu democrático, a sua casa original, de onde não devia ter saído. As violentas pulsões internas estabilizaram e as diferenças de opinião foram e continuam a ser dirimidas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

com alguma virulência mas em clima de compreensão e alguma tranquilidade. Antes e depois da adesão à União Europeia os sucessivos governos foram governando com maior ou menor estabilidade e acerto, mas sempre, há que reconhecê-lo, respeitando a principal regra da governância em liberdade: a **alternância democrática**. Definitivamente virados para a Europa, entrámos neste vasto espaço como um dos parentes mais pobres o que ao longo do processo nos trouxe problemas, dificuldades e estrangulamentos. Atravessámos períodos de grande depressão social, política e económica, mas, nunca como hoje a situação foi tão aflitiva, fruto de uma gravíssima crise mundial mas não só. Hoje a relação global entre os povos é fortemente pautada por uma potência hegemónica que, perdido o contrapoder que existiu na segunda metade do século XX, na chamada Guerra Fria, impõe as suas políticas reforçando o refluxo capitalista e a Globalização devido à estagnação económica do ex-bloco socialista europeu e, naufragando num mar de contradições tenta desesperadamente manter a sua hegemonia perante a ameaça de economias emergentes, vindas do maior dos continentes e que espreitam a sua oportunidade. O Mundo e a Europa viraram momentaneamente à direita e o neoliberalismo tomou conta dos grandes areópagos internacionais. No espaço europeu acentuaram-se as diferenças entre os países da UE e emergiu uma potência regional cujo principal objetivo é o bem-estar dos seus cidadãos, esquecendo que muito recentemente, há menos de um século, colocou a ferro e fogo este velho continente com funestas e dolorosas consequências. Atualmente, perante a crise mundial já referida, esta potência regional hegemónica adotou uma inqualificável estratégia de proteção dos seus cidadãos, mesmo que para isso tenha criado dificuldades aos países seus parceiros da UE, que tentam desesperadamente estabilizar as suas economias. Países parceiros que em desespero de causa, recorrem, por vezes a soluções inimagináveis e até contra a lei fundamental do próprio país, como aconteceu reiterada e recentemente em Portugal e onde o esbulho dos mais pobres e da classe média tem contribuído para cavar mais fundo as desigualdades. O governo português (que de acordo com a declaração desta semana de um insuspeito político português "é o governo mais à direita do pós 25 de Abril") o governo português dizia, continua a proteger os mais favorecidos, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

segundo a comunicação social internacional estão, neste momento, mais ricos e subiram no respetivo ranking a nível mundial, o que é uma vergonha, considerando as dificuldades porque passa o povo português. Nos últimos anos acentuaram-se as desigualdades em Portugal, por muito que os responsáveis políticos acenem com a melhoria das condições e dos índices que medem o bem-estar, escamoteando hipocritamente aquilo que todos sabemos: o milagre que proclamam aos quatro ventos deve-se aos mais desfavorecidos, à classe média, aos reformados e aos desempregados de longa duração, pois foram eles que amarga e dolorosamente têm contribuído para o pagamento da crise. E muito a propósito (ou talvez não) devemos atentar no ato de contrição do senhor Presidente da República, que ao aproximar de eleições, afirmou muito recentemente que as “medidas foram talvez excessivas”, ele que tem sido o principal apoio do governo nos ataques perpetrados contra o povo português, que ele, tal como o governo jurou proteger e defender. Por outro lado acastelam-se nuvens negras no continente europeu. A recente situação na Ucrânia poderá conduzir a uma explosão de contornos imprevisíveis. Recordemos que foi o inqualificável expansionismo alemão/nazi, com sucessivas violações de todo o tipo que conduziu ao maior desastre bélico alguma vez sentido pelo homem. Também as eleições municipais realizadas no mês passado em França são motivo de apreensão para todo o mundo, não só pela implantação da Frente Nacional, como pela falência do partido no poder, que na sua política do dia-a-dia prática, como o anterior governo francês uma inqualificável gestão de submissão às ideias oriundas de Berlim. Apesar de tudo, penso que a situação em Portugal é bem melhor que a esperada se o 25 de abril não se tivesse realizado. Hoje, no nosso país e em quase todo o mundo a prática política é o neoliberalismo que sufoca as classes mais desfavorecidas, mas poderíamos ainda estar num país teimosamente só, com uma vivência cinzenta, uma economia corporativa e ainda mais asfixiante que a existente e uma férrea polícia política. Estou certo que melhores dias virão, nomeadamente quando o mundo perceber que existem outros protagonismos e protagonistas para além dos políticos e dos sindicalistas, bem como outros caminhos que não os considerados atualmente, aproveitando o que de bom é gerado em movimentos “marginais” e não só, que hoje se multiplicam por todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

continentes e que, no nosso país, estão a fazer escola sob a direção de eminentes cientistas sociais. Terminando com um Viva a liberdade e a democracia; Viva o Portugal de Abril".-----

-----Seguidamente tomou a palavra o Dr. José Maria Prazeres Pós de Mina que deu início ao discurso: "Estamos hoje aqui para lembrar e valorizar a Revolução de Abril. Trata-se de uma iniciativa oportuna da Câmara Municipal de Moura, a quem agradeço o convite para participar e a quem endereço os parabéns pela iniciativa. O dia 25 de Abril fica marcado para a história como um ato que culmina anos e anos de luta antifascista e um ato que marca pelo ação do movimento popular o início de profundas transformações na sociedade portuguesa. Transformações que eram necessárias e inevitáveis para garantir o êxito do próprio processo democrático. E quando se comemora Abril é importante lembrar que existia em Portugal uma ditadura. Que era fascista. Que era uma ditadura terrorista dos monopólios e latifundiários associados ao imperialismo. Que defendia interesses que eram contrários aos do povo português.

E como diz o poeta Ary dos Santos:

Era uma vez um país

onde entre o mar e a guerra

vivia o mais infeliz

dos povos à beira-terra

E quando há ditadura há resistência. Há a luta daqueles que não desistem. Daqueles que acreditam sempre na possibilidade de um futuro melhor. Por maiores que sejam as dificuldades e os riscos. Mesmo que se pague o alto preço da morte ou da prisão. Resistir já é vencer. Mas cria sempre as condições e a inevitabilidade da vitória e da mudança. A luta dos trabalhadores e dos estudantes. A luta contra a guerra colonial. A mobilização de vastos sectores de democratas e patriotas. A luta consequente que nunca parou e que os militares não foram imunes. E como diz o poeta:

Foi então que Abril abriu

as portas da claridade

e a nossa gente invadiu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

a sua própria cidade

E o povo apesar dos apelos em sentido contrário tomou a rua. E confirmou o seu apoio a Abril, no primeiro 1º de Maio em liberdade. Não só em Lisboa, mas por todo o país se impôs um enorme rio de liberdade e de democracia. E de afirmação da luta pela paz, pelo trabalho e pelo pão. E as conquistas emergiram da energia criadora dos trabalhadores e do povo:

Liberdade de reunião, de manifestação de associação e de imprensa;

- Atuação dos partidos políticos, eleições livres e direito de voto aos 18 anos;
- Liberdade sindical, direito à negociação e contratação colectiva. Direito à greve;
- Liquidação do capitalismo monopolista de Estado e dos grupos monopolistas que eram sustentáculo do regime fascista. Nacionalização, controlo operário e reforma agrária. Aspectos consagrados na constituição de 76 com o apoio de todos os partidos com excepção do CDS;
- Subsídio de desemprego, salário mínimo nacional, pensões e reformas;
- Igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- Direito à educação, saúde e segurança social;
- Liberdade de criação, fruição cultural e massificação do desporto;
- Diversificação das relações externas pondo fim ao isolamento internacional.

Destaco em especial a criação do Poder Local Democrático, cujo contributo para a melhoria das condições de vida nas nossas aldeias, vilas e cidades, foi crucial para os portugueses e sobretudo para quem reside no interior. Esteio fundamental da democracia, escola de formação cívica e democrática, o poder local afirmou-se pela firme vontade dos eleitos em defenderem as suas populações e pela estreita ligação que tiveram com elas. A exemplo de outras conquistas de Abril cuja destruição representou um retrocesso social, têm sido desferidos ao longo dos anos, fortes ataques ao poder local, à sua autonomia e à capacidade financeira. Da responsabilidade dos partidos da *troika* de cá, que se têm alternado no poder, mas que têm dado continuidade à desvalorização do poder local. Apesar da oposição de muitos dos seus eleitos. Os que dizendo-se do arco do poder, mais são mais do que arco da dívida, do arco do empobrecimento e do arco da desgovernação. A situação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que vivemos no momento presente não é digna de Abril. Nem dos que resistiram durante a ditadura fascista, nem dos que após Abril marcaram o compasso da transformação. A dita austeridade é responsável pelo empobrecimento dos portugueses. Mas também é responsável pela continuação do enriquecimento de alguns. Pagamos anualmente mais de 7 mil milhões de euros só de juros de uma dívida que é impagável e que continuar a crescer. Apesar dos cortes brutais nos salários, nas pensões, dos aumentos dos impostos e da redução das transferências para as autarquias locais. É fundamental uma rotura com esta política. E dizer-lo no dia em que se comemora o 25 de Abril não é uma atitude ou uma apropriação dos ideias de Abril. É sobretudo um ato de justiça e de afirmação que os valores de Abril não estão mortos e que a revolução inacabada tem de recomeçar. Recomeçar com a renegociação da dívida (em montantes, juros, prazos e condições de pagamento). Na defesa e aumento da produção nacional. Na valorização dos salários, pensões, rendimentos e direitos roubados. Na opção de uma política orçamental de combate ao despesismo e de tributação dos que mais têm, aliviando os trabalhadores e os micro, pequenos e médio empresários. Na defesa e recuperação dos serviços públicos. Na assunção da defesa da soberania nacional. As sementes que foram lançadas em Abril, ainda germinam. E darão novos frutos. Abril não é passado. Abril é futuro. Terminou voltando a citar o poeta:

*Agora que já floriu
a esperança na nossa terra
as portas que Abril abriu
nunca mais ninguém as cerra."*

———Neste período tomou a palavra o atual vereador Francisco Manuel Canudo Sena que começou por se dirigir ao "Presidente da Assembleia Municipal; Presidente da Câmara Municipal; Ex-Presidentes da Câmara: Engenheiros Luiz Ramos e Manuel Vitorino Mestre e Dr. José Maria Pós de Mina e aos ausentes Dr. Lamas de Oliveira e José Duarte; Senhoras e Senhores presentes fazendo ainda referencia aos Presidentes de Câmara já falecidos: Manuel Romana Ângelo e Armando de Almeida Mansos. Comemoramos hoje 40 anos da nossa história recente, 40 anos sobre a data 25 de abril de 1974, distante para aqueles, e são



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

muitos, que à data ainda não eram nascidos mas sem que isso menorize a importância que lhe dedicam, mas distante também, para aqueles que a tendo vivido, por dentro ou por fora, a recordam de modo entusiasmante e com alguma saudade. É importante recordar porque isso nos obriga a assumir uma atitude de não esquecimento, e mais, nos obriga a manter vivo o espírito presente em todos os que de forma convicta, acreditaram num futuro melhor, mais fraterno e livre, porque a liberdade, congrega o espírito da igualdade no respeito pelas convicções. Recordo, o acordar dessa madrugada como se estivesse a sonhar, sobressaltado e pelo alvoroço meio confuso, embora, nós militares, cheirássemos o odor dessa aurora, pelas conversas que pelo ar circulavam em surdina nos quartéis... como o cheiro da primavera antes do desbrochar das flores. Acreditávamos, sabíamos que aconteceria, só não sabíamos quando nem como... e como bonito seria! Enquanto militar numa unidade de Lisboa, recordo a tomada da ala norte do Forte de Caxias, a alegria e os abraços esfusiantes daqueles que viam chegar ao fim o seu injusto cativeiro, e enquanto meninos, sim, com 22 anos o que se era se não menino, recordo os mais belos e indescritíveis momentos de fraternidade da minha vida, só possíveis de imaginar em sonho. Mas naquele momento, estávamos bem acordados e vivos. Recordo as vigílias, dias depois, nas antigas portagens da auto-estrada do Norte, bem juntinhas ao meu quartel, como forma de evitar entradas em Lisboa de forças inimigas da revolução. Nos fervilhantes palcos das Unidades Militares de Lisboa, recordo Zeca Afonso e as cantigas, e de braço dado, entre outras com ele cantar até doer a voz, Grândola Vila Morena. Recordo também, os dias e meses que se seguiram; o 11 de março, o 28 de setembro de 1974 e o 25 de novembro de 1975, esta última data já no regime civil, recordo, a luta pelos interesses políticos e pelo poder, a luta entre os que defendiam a democracia em contradição com os que persistiam em impor a ditadura e percebi, que a distância entre os conceitos e vivências é quase sempre muito ténue, separada apenas, pelo limbo da vontade em se ser livre. Recordo ainda porque a vivi, a força de uma Reforma Agrária frustrada e frustrante, fortemente politizada e despreocupada com a sua essência, a da repartição dos recursos de forma justa e equitativa, coletivizante e não cooperativista e que por isso, a todos empobreceu. Mas recordo êxitos como a partilha e divisão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

terras nas Herdades de Machados em Moura e da Malhada Velha em Ferreira do Alentejo. A primeira vivi-a por dentro pois ali instalei com elas vivendo, 143 famílias de Pequenos Agricultores. Portugal, desde a sua fundação até hoje, porfiou variadas lutas, mas sempre, porfiando pela liberdade. Basta lembrar 1143 e o princípio da Portugalidade, mais tarde, a libertação da governação Filipina com o fim dominial dos Habsburgo e já no século XIX, após 1822 e a Constituinte, a difícil luta baseada nas divisões internas, múltiplas, política e socialmente antagónicas mas ainda assim, não impeditivas de ultrapassar o protetorado Britânico e o que isso constituiu de humilhação. E porque recordar pressupõe, viver tempos ou coisas mais passadas, importa agora lembrar, sim, porque lembrar é reviver o passado recente, a luta continuada de um País e de um Povo amante da liberdade que sempre porfiou pela democracia e pelos valores de abril. O nosso Povo, a nossa Gente a que orgulhosamente pertencemos e que de forma tão digna lutou por um futuro melhor, cada um à sua maneira e de acordo com as suas convicções, demonstra hoje; exaustão, descrença e desmotivação pelos dias presentes, pelo que nos usurpam, pelo que nos iludem, pela perda de igualdade nas oportunidades, pela subtração significativa do direito ao trabalho, à educação, à saúde e à solidariedade social, em suma, está desgastado com a falta de liberdade. Como é possível imaginar um Povo, um País, em que a juventude parte todos os dias para fugir à descrença e à sua miséria? Não há liberdade com pobreza, não há liberdade sem dignidade na vida e numa sociedade sem liberdade, não existe democracia. Portugal assume hoje relativamente ao rendimento do PIB *per capita*, a nona posição entre os mais pobres da União Europeia, entre os 28 parceiros só é ultrapassado; pela Bulgária, Roménia, Croácia, Hungria, Polónia, Lituânia, Grécia e Estónia. Contudo, a Lituânia ultrapassará Portugal ainda em 2014 e quase será alcançado pela Estónia. O Comissário Olli Rehn, considerava recentemente para Portugal, que a retoma nas exportações não era suficiente e caso não exista investimento público e privado, o cenário não tenderá a melhorar. E nós o que pensamos? Por estas razões, a governo de proximidade, o Poder Local, que também tão usurpado tem sido nos seus direitos, tem mesmo assim, o dever de se constituir como tábua de salvação, como bóia, como estrela guiante da democracia e da liberdade praticada na partilha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

das opiniões e na aceitação da diferença, e também porque não, constituir-se como imaginário do sonho e dos anseios da População que serve. Reconhecemos todos, as dificuldades presentes, não só económicas e financeiras, mas também de identidade face às carências, contudo, é nosso dever porfiar, lutando com a convicção que somos capazes, pelo direito que nos assiste enquanto Pessoas, de atingir um futuro melhor, com mais justiça social e em liberdade plena. Senhores ex-Presidentes da Câmara Municipal de Moura, sabemos da vontade que colocaram ao serviço do nosso Concelho, diferentes nas convicções mas de igual forma empenhados na luta pelos valores de Abril. É nosso dever manifestar-vos aqui hoje o nosso reconhecimento. Pelo Vosso trabalho, o nosso muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, confiante no seu empenho e consciente da importância Autárquica na vida das Pessoas, em nome dos Eleitos do Partido Socialista, deixo aqui a nossa firme vontade de continuar a contribuir para uma melhor qualidade de vida no nosso Concelho, com mais justiça, equidade e bem-estar, mitigando o infortúnio dos nossos Municípes imposto por esta opção de governação, defendendo os valores de Abril, em nome da democracia e da liberdade.

Termino, afirmando que:

A fraternidade... partilha-se!

A justiça... exige-se!

A democracia... pratica-se e,

A liberdade vive-se!

Viva o 25 de Abril. Sempre. Viva a liberdade!"

-----Por fim discursou o actual Presidente da Câmara Municipal Dr. Santiago Augusto Ferreira Macias: – ..."*As tropas passaram-se para os comunistas diz você isto é alguma brincadeira de crianças isto é algum filme que bodega de tropas me arranjou general?*-----

O senhor doutor a ligar para o Ministério do Exército e nada, para o Ministério da Defesa e nada, a esquecer o orgulho e a ligar para o major e nada, os ministérios vazios, a secreta vazia, o telefone dos quartéis da Ajuda e do Carmo interrompidos, canções sem moral no rádio, o locutor a garantir que tomaram o aeroporto e a televisão e cercaram a polícia política, que Lisboa lhes pertencia e como se isso não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

fosse o suficiente para me aborrecer o canalha do jardineiro a estragar a relva e a trucidar os goivos, as criadas radiantes com o feriado a pilharem-me a despensa e o senhor doutor para o bocal num segredinho amargo...Responda-me com sinceridade embaixador Nogueira os comunistas controlam esta gaita ou não controlam é que se os comunistas controlam esta gaita temos de nos pôr ao fresco quanto antes."-----

Acabo de ler um excerto de *O manual dos inquisidores* de António Lobo Antunes. Não conheço outro texto que reflita de modo tão claro, e de forma tão acutilante e com tanta elegância literária, o sentimento da classe dominante no Dia da Revolução. A festa-catarse durou exactamente 19 meses. Depois Portugal voltou aos eixos. Foi ficando certinho e europeu. As cabeças estão assim até hoje, organizadas e certinhas. O dia 24 de Abril de 1974 foi "quarta-feira europeia" e o Sporting jogou em Magdeburgo a segunda mão das meias-finais da Taça das Taças. Perdeu 2-1 e falhou a qualificação para a final. Num País obcecado com o futebol – mais hoje do que ontem, por sinal – esse facto foi ignorado na imprensa da manhã seguinte, que deu todo o espaço a outros acontecimentos. A quinta-feira foi um dia de chuva miudinha e intermitente. O nosso 25 de abril foi o último golpe de estado de modelo africano, ou de Terceiro Mundo, do continente europeu. Os tanques saíram para a rua, encerrou-se o aeroporto, tomou-se uma estação de rádio e a televisão e cercou-se o quartel onde o primeiro-ministro se refugiou. E o regime caiu. Não foi só isso bem entendido. Foi decisivo o apoio popular. Tornou-se então claro que o fascismo estava podre e que o Povo Português precisava apenas de uma rastilho para tomar conta do País. E para tomar conta de si próprio. Nesse dia, Portugal começou a mudar. A mensagem inicial era simples: Descolonizar, Democratizar, Desenvolver. Depois dos País dos F (Fátima, Fado e Futebol), surgia outro País, com outras e mais importantes prioridades. A descolonização foi um processo com tanto de doloroso como de inevitável. Na verdade, devemos aos movimentos de libertação africanos um decisivo e tardio despertar de consciências. A luta de outros transformou-se no nosso combate e foi o rastilho que deu origem ao 25 de abril. A democratização, no sentido de participação dos cidadãos e de um verdadeiro espírito republicano, foi surpreendentemente rápida e consolidou-se sem dificuldade. Ao fim de dois anos, o País tinha uma Constituição de cariz socialista,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

votada por uma larga maioria (PPD, PS, PCP, MDP-CDE e UDP), tinha um governo legitimamente eleito e passou a ter um Poder Local democrático e resultante da vontade dos cidadãos. O processo de desenvolvimento não teve nem a mesma rapidez nem os mesmos resultados. O País que hoje temos é incomparavelmente melhor que o de 1974, mas Portugal continua a apresentar debilidades estruturais que não se conseguiram corrigir. À conta dessas debilidades e com o pretexto dessas debilidades desmantela-se o que resta do 25 de abril. Com o aconselhamento de "cientistas políticos", com a complacência de venais autarcas da área do poder, com o voto e o apoio de deputados carreiristas e sem coluna vertebral. Conselheiros de vária índole entretêm-se a espatifar o Poder Local. Digam o que disserem os "comentadores" e os "especialistas" o País que somos e o progresso que tivémos muitíssimo deve ao Poder Local. No vasto rol de medidas do secreto golpe de estado entram as leis de estrangulamento financeiro e de controle policial, os executivos monocores, a diminuição dos lugares de vereadores, de quadros dirigentes, a extinção de juntas de freguesia. É por causa da "despesa". Decerto. Compreende-se. Alguém tem de pagar os 5 mil milhões de euros que os quadros da orla do poder dos nossos dias derreteram no BPN (e que correspondem a dois anos de orçamento para todas as câmaras do País) ... "A política passou a ser uma tecnologia, uma moral, uma engenharia eleitoral", afirmou na Assembleia da República o deputado Agostinho Lopes, do Partido Comunista Português. Nessa engenharia entram em jogo as novas leis, afinal um ajuste de contas que transformará as câmaras municipais em meras repartições da vontade do Poder Central. Muita gente, incluindo muitos autarcas de direita, gostará disso, de ver as autarquias reduzidas a um caráter assistencial, a entidades apoiantes da caridadezinha e à execução de tarefas rotineiras. Há tempos, alguém da área do Poder, antigo colega do liceu, dizia-me "vou a Moura quando fores nomeado Presidente da Câmara". Fiz-lhe notar o curioso lapso e respondi "isso queriam vocês, que os presidentes fossem nomeados pelo governo, como antes do 25 de abril". A batalha seguinte é, portanto, essa: não só impedir que leis antidemocráticas avancem, como contribuir para que o Poder Local se afirme e consolide. Queremos, e temos direito, a uma vida decente e a um concelho melhor. Não podemos aceitar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que os cortes se somem deixando as autarquias sem capacidade de intervenção. Não podemos aceitar o discurso dos que acham que as Câmaras Municipais são uma almofada do Poder Central, destinadas a distribuir umas quantas benesses e uns quantos apoios, deixando as grandes questões para esferas que nos ultrapassam. A nossa luta política tornou-se, neste ano em que comemoramos 40 anos de Revolução, numa quase luta pela sobrevivência e pelo direito a existir.----- São essas as razões que nos levam a querer prolongar Abril depois deste mês de abril. Temos a certeza de que é possível um concelho melhor e um Alentejo melhor. Temos a firme convicção de que todos somos necessários num combate que é de todos. Pelo nosso concelho, pela nossa região, pela nossa Pátria. ----- VIVA O 25 DE ABRIL!-----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram vinte horas e trinta minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 25 de abril de 2014

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____